

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
realizada pela
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
em **JUIZ DE FORA**

ALMG

Consultoria Temática da CSP

Juiz de Fora, 13/4/2010

I - Apresentação

Em 13/4/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 4ª Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Rômulo Veneroso, compuseram a Mesa: Cel. Anselmo Fernandes da Silva, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Delegado Celso Ávila Prado, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado; Delegado Humberto de Mattos Brandão, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; e o Delegado Saed Divan, do Município de Matias Barbosa.

Também fizeram parte da Mesa: Jairo Lúcio Lauro, Presidente do Conselho de Segurança Pública – Consep – Nordeste, em Juiz de Fora; Major José Mendes da Silva, representando o Prefeito de Juiz de Fora; Marcelo Frank, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães, representando a Secretária de Estado de Educação; Reginaldo Augusto Pícoli, Presidente do Conselho Deliberativo do Consep Nordeste; e Vereadores Bruno Siqueira, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Flávio Procópio Checker e Antônio Martins.

II – Desenvolvimento da reunião

II.1) Exposições

O Presidente da Comissão, após declarar aberta a reunião, informar seu objetivo e anunciar as presenças, passou a palavra aos expositores.

Bruno Siqueira avaliou que a segurança pública em Juiz de Fora e região está funcionando, mas realçou a necessidade de que sejam debatidos, aprofundados e aprimorados os conceitos, bem como a importância da Assembleia Legislativa nesse processo.

O Deputado João Leite elogiou a participação da Câmara Municipal de Juiz de Fora no trabalho realizado pela Comissão Especial da Execução das Penas no Estado. Informou que a Assembleia assinou convênio com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público do Estado para informatização do sistema de execução das penas em Minas Gerais. Anunciou que as audiências públicas produzirão relatórios consolidados, a serem apresentados em fórum técnico com

especialistas e depois em livro, para subsidiar proposições legislativas, em especial na discussão da Lei Orçamentária Anual – LOA – e do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.

Afirmou também que o tráfico se avulta como o maior problema a ser combatido, a exemplo de Uberlândia, onde 70% dos crimes têm ligação com as drogas, e de Belo Horizonte, onde 500 pessoas vivem na região conhecida como “cracolândia”. Mesmo com a integração das polícias, a forte repressão nas ruas e a diminuição dos crimes violentos, o desempenho da segurança pública ainda é insuficiente frente à demanda. Em alguns lugares faltam efetivos policiais e se faz urgente um esforço do Estado para a recuperação dos dependentes químicos, especialmente os adolescentes.

O Cel. Anselmo Fernandes iniciou sua exposição apresentando dados sobre a 4ª Risp, que tem sede em Juiz de Fora e abrange 650 mil habitantes. Além de 86 Municípios menores, há várias cidades com população em torno de cem mil habitantes: Cataguases, Leopoldina, Muriaé, Ubá e Viçosa. Em Juiz de Fora, há dois batalhões, uma companhia e a 1ª Delegacia Regional de Polícia. Em Ubá, há um batalhão e a 2ª Delegacia Regional de Polícia. Em Muriaé, estão o 47º Batalhão e a 4ª Delegacia Regional de Polícia. Em Leopoldina, existem uma companhia independente, com “status” de batalhão, e a 3ª Delegacia Regional de Polícia. Ao todo, são 1,5 milhão de pessoas, distribuídas em uma área de 21.000km², com 300km que fazem limite com o Estado do Rio de Janeiro. Segundo ele, o projeto Cinturão de Segurança fez investimentos nos Municípios da divisa estadual: todos receberam computadores, viaturas, meios de comunicação, armamentos e pessoal.

O Coronel observou que a criminalidade na Risp está controlada: apresentou oscilações normais de 2007 a 2009, queda de 2008 a 2009, e redução de 10% entre os 1^{os} semestres de 2009 e 2010. Os principais crimes da região – homicídios, tentativas de homicídio, roubos, principalmente à mão armada, estupro e extorsões – retomam os índices dos anos 1990, com queda de 18% no ano passado. Considerando-se o gráfico da década, nota-se um pico em 2005 e 2006, após o qual, por meio de programas, investimentos e metodologia de gestão, retornou-se aos patamares do início deste século.

Disse que a criminalidade violenta é motivo de maior preocupação nos Municípios mais populosos – eixo Juiz de Fora, Ubá, Viçosa, Muriaé –, onde, em 2008, houve aumento no número de homicídios e, em 2009, queda de 16%, chegando a um índice de 6,85 homicídios para 100 mil habitantes. Diante da meta governamental estabelecida, de 14,58 homicídios para 100 mil habitantes, para 2011, e de 5 homicídios para 100 mil habitantes, para 2023, a região está bem. O mês de fevereiro deste ano foi atípico, tendo sido registrados 23 homicídios. Uma investigação da Polícia Civil orientou a prevenção, reduzindo esses índices a partir do segundo trimestre. Na Risp, a taxa de elucidação dos homicídios é expressiva nos Municípios com mais de 200 mil habitantes.

O Cel. Anselmo Fernandes informou que a Polícia Militar conta com um efetivo de 3.100 policiais nos 86 Municípios da Risp – sendo que metade desse número está em Juiz de Fora.

Possui 359 viaturas, das quais 134 são básicas – para radioatendimento e prevenção – e 55 são 4x4, terceirizadas, com no máximo três anos de uso. Há também um helicóptero. A meta de aumento na apreensão de armas de fogo foi alcançada: 15% a partir de 2009. A relação crimes-drogas na Risp é semelhante à de Uberlândia. O envolvimento com drogas e armas de fogo é o maior responsável pela criminalidade, principalmente pelos homicídios, em que responde por 40% dos casos.

Relatou que, em 2009, a Polícia Militar atuou na erradicação de drogas nas escolas, não apenas repressivamente, mas também preventivamente. Em parceria com o Grupo Votorantim, que investiu R\$50.000,00, dobrou-se a turma de professores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd – e foram atendidos 17 mil alunos. Todavia, insistiu que, mesmo que se atue com força integrada – com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Guarda Municipal –, será difícil combater a criminalidade sem a participação dos cidadãos. A campanha é feita com o Clube de Diretores Logistas – CDL –, a Prefeitura e outros parceiros.

O Delegado Celso Ávila apresentou o quadro da Polícia Civil. No 4º Departamento há 84 Delegados, 101 Escrivães, 378 Agentes, 16 Médicos-Legistas e 41 Peritos Criminais, totalizando 620 servidores. Em 2009, a meta da Risp foi de 8.957 inquéritos, tendo sido concluídos e encaminhados à Justiça 13.483, 153% acima do previsto. A meta para Termos Circunstanciados de Ocorrência – TOCs – foi de 13.901, tendo sido realizados 20.008, 152% a mais que o estabelecido. Comparou os primeiros trimestres de 2009 e 2010: os inquéritos e TOCs aumentaram muito. Isso se deveu à implantação de mudanças estruturais, conceituais e metodológicas, desenvolvidas com a assessoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial, que apontou os meios para se melhorar a produtividade.

Frisou que, em 2010, houve operações de destaque: apreensão de pastas-base e armas. O Grupo Tático de Operações de Tóxicos, Homicídios e Crimes contra a Família foi instituído, podendo vir a se tornar uma delegacia especializada. Reiterou que o combate ao tráfico depende da comunidade, do Legislativo e também do Executivo, por meio de políticas públicas. Por fim, ressaltou o envolvimento das Polícias Federal e Rodoviária Federal, assim como o do sistema prisional.

O Delegado Humberto de Mattos lembrou que o art. 144 da Constituição Federal, estende a responsabilidade da segurança pública, englobando também a preservação dos direitos sociais. Isso não se consegue apenas por meio da repressão: é necessária uma atuação preventiva. Exemplificou com a Colômbia: Hugo Acero, Secretário de Segurança Pública entre 1995 e 2003, reduziu em 80% os homicídios em Bogotá, integrando as medidas repressivas com as políticas sociais e de desenvolvimento. Concluiu que a pobreza não gera crime, mas pode fomentá-lo na ausência do Estado e na presença da oportunidade: eis por que a criminalidade é maior nas áreas mais pobres. Demonstrando preocupação com as estratégias de atuação do Estado, insistiu no

fato de que não adianta a pronta atuação da polícia se o cidadão ficar alheio ou passivo diante das ocorrências. Qualquer um pode levar a notícia-crime para que a Polícia Civil instaure inquérito ou para que a Polícia Militar haja.

Jairo Lúcio, relatando as dificuldades enfrentadas pelo Consep Nordeste, disse que o Centro de Remanejamento de Segurança Prisional – Ceresp – está superlotado. A Polícia prende e a Delegacia lavra o TCO, mas o infrator retorna imediatamente à sua residência. Em razão da situação do sistema prisional, há muita dificuldade para as polícias trabalharem. Por fim, informou que o Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei – CSE – do Santa Lúcia não tem espaço para receber jovens de outras cidades e regiões.

Nyrce Villa Verde relatou que a educação vem contando com o apoio das Polícias Militar e Civil, pois algumas escolas estão em áreas de risco. Contou que o Proerd tem dado resultados na formação de crianças e adolescentes e ressaltou que a própria Secretaria de Estado de Educação – SEE – tem projetos importantes contra a violência e as drogas, como o Escola Viva, Comunidade Ativa. Reafirmou que a segurança pública é feita por todos e que na educação há consciência dessa responsabilidade.

Marcelo Frank destacou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, notadamente quando atua nas áreas de assistência social e trabalho e de direitos humanos, segue uma filosofia segundo a qual as políticas públicas precisam ser integradas para ajudarem a amenizar a escalada de violência.

O Major José Mendes ressaltou que a segurança pública em Juiz de Fora age em total integração. A Guarda Municipal tem desempenhado um bom trabalho junto à comunidade e contado com o apoio das Polícias Militar, Civil e Federal.

II.2) Discussão

Wanderson Castelar elogiou o cumprimento das metas e sublinhou a tradição ordeira da região, que seria fruto de seu processo de educação e formação cultural. Opinou que a situação ideal só ocorrerá com a aliança entre governo e sociedade. Protestou contra a desativação gradual dos postos policiais das comunidades e reivindicou o retorno da Polícia Comunitária com vinculação aos postos. Mesmo reconhecendo que a repercussão seria mais subjetiva que objetiva, defendeu os efeitos comportamentais dessa medida na população. Propôs, também, que a Zona da Mata seja contemplada pela regionalização do programa Fica Vivo, prevista no PPAG.

Reginaldo Augusto frisou que a formatura do Proerd em dezembro – com mais de 3.500 crianças – resultou de um trabalho nas escolas de Juiz de Fora e aproveitou a oportunidade para presentear o Presidente da Comissão com a Licença do Coronel Anselmo.

Diante da informação de que o CSE está recebendo adolescentes de fora, inclusive do Sul e do Norte de Minas, pediu a construção de centros em outras regiões. Informou que também

existe “cracolândia” em Juiz de Fora, sugerindo que as Secretarias de Estado de Segurança e de Defesa Social estudem a implantação de hospitais, capacitados a prestar acompanhamento psicológico e psiquiátrico, a fim de reintegrar à sociedade adolescentes com dependência química. Por fim, solicitou aumento dos efetivos das Polícias Militar e Civil, sublinhando que, devido ao trabalho do Consep Nordeste e dos cidadãos em 27 bairros, a criminalidade recuou 67,5%.

O Vereador Flávio Checker observou que, em Juiz de Fora, o trabalho das entidades na área da segurança pública converge para solucionar o problema da violência. Disse ser preciso que as ações das comissões sejam mais propositivas, apresentando soluções que responsabilizem também a sociedade. No caso dos presos, a cultura dominante determina que paguem suas penas da pior maneira possível.

Manifestou o desejo de privilegiar o modelo alternativo de acautelamento – Apac –, que funciona e tem dado certo. Frisou que a sociedade precisa convencer-se de que, ao preocupar-se com a maneira como o preso é tratado, legisla em causa própria, contribuindo para a construção de uma sociedade menos violenta, pois a grande maioria dos egressos reincide no crime, cometendo, inclusive, delitos mais graves. Com relação aos trabalhos desenvolvidos pelos detentos, afirmou que o Estado avançou pouco: apesar do discurso de incentivo, existem inúmeros empecilhos burocráticos e práticos.

Saed Divan informou que em Matias Barbosa a cadeia está com 50 presos – a capacidade é de 16 – e recebeu, da Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi –, cinco aAgentes Penitenciários. Todavia, como aquela unidade não conta ainda com 100 internos, continua sob a direção do Delegado, que acumula tarefas e depende da Polícia Militar para fazer a escolta dos detentos. Propôs que todas as cadeias sejam assumidas pela Suapi até 2011: em Matias Barbosa, mais um funcionário liberaria o Delegado para suas funções características.

Antônio Martins avaliou que o número de presos no Brasil poderia dobrar se fossem concluídos todos os julgamentos. Opinou que a prevenção é o melhor investimento e que a união entre os Poderes trará ganhos para o Estado e o País. Disse, ainda, que, pelo porte de sua população, Juiz de Fora precisa de um efetivo policial 10 vezes maior que o atual. Manifestou preocupação em garantir projetos contra a reincidência no crime e voltados à qualificação profissional para jovens das áreas periféricas.

O Deputado João Leite informou que, no Projeto Regresso, as empresas recebem recursos do governo estadual para aceitar egressos do sistema penitenciário.

O Coronel Anselmo Fernandes, esclarecendo a relação entre efetivos e população, disse que, atualmente, trabalha-se com um policial militar para 240 habitantes, sendo satisfatório o efetivo na região. Informou que o Comando da Polícia Militar tem colocado sete policiais em cada destacamento. Relatou que o Fica Vivo visa à redução da criminalidade entre jovens, com ênfase nos homicídios, e que, no momento, outras regiões do Estado merecem prioridade. Argumentou,

ainda, que a literatura mundial condena os postos policiais fixos, e que a base comunitária móvel é um mecanismo mais moderno. Explicou que, hoje, trabalha-se com a setorização: cada policial militar é responsável por um setor. Referiu-se também à lei que limita a espera em bancos e que resultou na pulverização do atendimento em casas lotéricas e outros tipos de comércio sem segurança, aumentando a vulnerabilidade dos usuários. Propôs a criação de um dispositivo legal capaz de obrigar esses pontos, que funcionam como agências bancárias, a terem segurança particular, criando uma barreira psicológica contra a ação de criminosos.

Celso Ávila informou que o Governador do Estado publicou decreto sobre a distribuição de pessoal da Polícia Civil. A equipe mínima por Município é composta por um Delegado, um Escrivão e três Agentes. Trata-se, porém, de questão complexa, que depende também da Assembleia Legislativa. Concursos para a Polícia Civil têm sido autorizados, excedentes têm sido chamados e agentes têm sido formados. Justificou a alta produtividade da Risp, apesar de seu efetivo insuficiente, atribuindo-a à dedicação dos servidores e ao trabalho com foco e planejamento. Por fim, disse que a Polícia Civil passa por várias mudanças em prol da eficiência e da eficácia de sua atuação.

II.3) Encaminhamentos aprovados:

a) ofício à Suapi e à Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas – Same –, solicitando reunião com esta Comissão para tratar dos seguintes assuntos relativos à região da Zona da Mata:

- questão prisional;
- superlotação no Ceresp de Juiz de Fora;
- medidas socioeducativas;
- suposto acautelamento, no CSE de Juiz de Fora, de adolescentes em conflito com a lei provenientes de outras regiões do Estado;

b) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social, solicitando as seguintes providências:

- reforçar a interiorização do programa Fica Vivo na região da Zona da Mata;
- elaborar e apresentar um cronograma para que a Suapi assuma a custódia de presos atualmente sob a guarda da Polícia Civil na Zona da Mata;

c) ofício ao Departamento de Polícia Federal em Juiz de Fora, solicitando as seguintes informações relativas à Zona da Mata:

- o efetivo policial à disposição;
- os Municípios que atende;

d) ofício à Polícia Rodoviária Federal em Juiz de Fora, solicitando as seguintes informações relativas à Zona da Mata:

- o efetivo à disposição;

- o número e a localização dos postos;
- o número e a sigla das rodovias federais que atende;
- e) ofício aos órgãos de segurança componentes da 4ª Risp, solicitando informações sobre o combate à criminalidade na área, inclusive com estatísticas e dados referentes à resolução dos crimes.

III – Principais pontos abordados

III.1) Criminalidade:

- a) a criminalidade na Risp teve um pico em 2005 e 2006, porém, com programas, investimentos e metodologia de gestão, retornou aos patamares constatados no início deste século;
- b) de 2007 a 2009, a criminalidade esteve sob controle, tendo apresentado queda de 2008 para 2009 e redução de 10% entre os primeiros semestres de 2009 e 2010;
- c) os principais crimes cometidos na região foram homicídios, tentativas de homicídio, roubos, principalmente à mão armada, estupros e extorsões;
- d) a criminalidade violenta é o motivo de maior preocupação nos Municípios mais populosos, porém, em 2009, houve queda de 16% no número de homicídios – 6,85 para 100 mil habitantes;
- e) o envolvimento com drogas e armas de fogo é o maior responsável pela criminalidade na região, principalmente pelos homicídios, em que responde por 40% dos casos.

III.2) Resultados positivos:

- a) a segurança pública na 4ª Risp tem funcionado satisfatoriamente;
- b) o motivo do êxito da Risp está nos investimentos em equipamentos e pessoal, apesar de ter-se registrado, também, que o desempenho da Polícia Civil deveu-se, principalmente, à dedicação dos servidores e ao trabalho com foco e planejamento;
- c) a Risp tem sede em prédio construído com planejamento adequado, permitindo integração completa entre as forças policiais atuantes;
- d) considerando-se o universo dos Municípios brasileiros com população acima de 200 mil habitantes, o índice de elucidação de homicídios é expressivo em Juiz de Fora;
- e) o Proerd já atendeu a 17 mil alunos;
- f) a meta da Risp, em 2009, foi de 8.957 inquéritos policiais, tendo sido concluídos e encaminhados à Justiça 13.483, 153% acima do previsto;

g) a meta para TCOs em 2009 foi de 13.901, tendo sido realizados 20.008, 152% a mais que o estabelecido;

h) entre os primeiros trimestres de 2009 e 2010, os inquéritos e TCOs aumentaram consideravelmente;

i) em 2010, foram apreendidas pastas-base e, já a partir de 2009, foi alcançada a meta de aumentar a apreensão de armas de fogo em 15%;

j) o Grupo Tático de Operações de Tóxicos, Homicídios e Crimes contra a Família foi instituído, podendo vir a se tornar uma delegacia especializada;

k) a SEE tem desenvolvido projetos importantes para o combate à violência e às drogas, como o Escola Viva, Comunidade Ativa;

l) os vários órgãos da segurança pública em Juiz de Fora trabalham em total integração;

m) devido ao trabalho do Consep Nordeste e dos cidadãos em 27 bairros de Juiz de Fora, o índice de criminalidade recuou 67,5%;

n) comparados aos números da violência da Região Metropolitana de Belo Horizonte, os índices da 4ª Risp são mais baixos.

III.3) Problemas:

a) o combate ao crime, sem a participação dos cidadãos, é difícil, mesmo com as polícias atuando de forma integrada;

b) o combate ao tráfico depende da comunidade, do Legislativo e do Executivo;

c) a segurança pública não se limita à repressão, pois é necessária uma atuação preventiva;

d) a pobreza não gera o crime, mas pode fomentá-lo na ausência do Estado e na presença da oportunidade;

e) o Ceresp está superlotado e merece um olhar especial;

f) o sistema prisional ainda funciona como um gargalo para a segurança pública e o trabalho policial;

g) o CSE, mesmo sem espaço suficiente, recebe adolescentes de outras regiões do Estado;

h) algumas escolas estão em área de risco e precisam receber proteção policial;

i) a integração das políticas públicas é fundamental contra a escalada de violência;

j) no trabalho de prevenção, as políticas sociais são importantes, mas a educação é fundamental, especialmente a escola pública de qualidade e em tempo integral;

k) os postos policiais fixos nas comunidades estão desativados e devem voltar a funcionar, apesar de haver controvérsias, com a recomendação de que a base comunitária seja móvel e a polícia trabalhe de maneira setorializada;

- l) em Juiz de Fora também há uma “cracolândia”;
- m) a cultura dominante determina que o preso deve ficar na cadeia e pagar sua pena da pior maneira possível;
- n) a grande maioria dos egressos reincide no crime, cometendo, inclusive, delitos mais graves;
- o) apesar de o Estado ter avançado na área da segurança pública, o discurso de incentivar o trabalho dos presos esbarra em vários empecilhos burocráticos e práticos;
- p) a Cadeia de Matias Barbosa tem capacidade para 16 presos, mas está com 50;
- q) a Cadeia de Matias Barbosa continua sob a direção do Delegado, que acumula várias tarefas e depende da Polícia Militar para fazer a escolta dos presos;
- r) a prevenção é o melhor investimento, pois impede que o delito aconteça;
- s) considerando-se sua população, Juiz de Fora necessita de muito mais policiais civis, mas há controvérsias no que diz respeito ao efetivo da Polícia Militar;
- t) a região precisa do programa Fica Vivo, apesar de haver também o argumento de que outras regiões do Estado merecem prioridade no que se refere à sua implantação.

III.4) Carências a serem supridas:

- a) retorno da Polícia Comunitária vinculada aos postos policiais;
- b) regionalização do programa Fica Vivo na Zona da Mata;
- c) construção de CSEs em outras regiões do Estado;
- d) estudo sobre implantação de hospitais capacitados ao acompanhamento psicológico e psiquiátrico para a reintegração social de adolescentes com dependência química;
- e) aumento do efetivo da Polícia Civil;
- f) maior incentivo às Apacs;
- g) prazo para que as cadeias da 4ª Risp sejam assumidas pela Suapi até 2011;
- h) transferência de mais um Agente Penitenciário para a Cadeia de Matias Barbosa;
- i) preocupação maior com projetos contra a reincidência de egressos;
- j) previsão de recursos no PPAG para a qualificação de jovens nas áreas periféricas;
- k) instituição de dispositivo legal para garantir a segurança de estabelecimentos que passaram a substituir os bancos em operações com dinheiro vivo;
- l) garantia de maior atenção ao sistema prisional e às medidas socioeducativas;
- m) resolução dos problemas do Ceresp de Juiz de Fora, que está superlotado.